



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 69/2024

Processo Número: **5006/2024** | Data do Protocolo: 07/03/2024 17:49:09



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100320039003100370030003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro que se oficie o Senhor Governador requisitando-lhe as informações a seguir:

1. Qual justificativa para a mudança em relação a prova de vida de servidores públicos civis e militares ativos?
2. Qual a justificativa para servidores públicos estaduais não conseguirem acessar o aplicativo sou.sp.gov.br?
3. O Governo estadual tomou providências para imediata resolução do problema de acesso ao aplicativo? Se sim, quais?
4. Quais medidas foram tomadas ou estão previstas pelo Governo estadual para que tal problema não siga ocorrendo?
5. O Governo estadual irá adiar o prazo previsto para prova de vida dos servidores estaduais, tendo em vista os problemas relatados em relação ao aplicativo?

JUSTIFICATIVA

Motivadas por denúncias de servidores públicos estaduais que relatam não estarem conseguindo acessar o aplicativo sou.sp.gov.br para realizar prova de vida, cujo prazo estabelecido é no dia 17 de março, buscamos ter acesso aos devidos esclarecimentos.

Paula da Bancada Feminista



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100380033003300390039003A005000

Assinado eletronicamente por **Paula da Bancada Feminista** em 07/03/2024 17:19

Checksum: 4070A4B1E0DF0665A582E6D435F6676ECF01D58CE32D541769ED2300910B90D7



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100380033003300390039003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.